

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)**TIPO 1****SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

**TEMPO**

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

**NÃO****SERÁ**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

1

De acordo com a NBC PG 01 – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, a publicidade dos serviços contábeis, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, deve

- (A) primar pela mercantilização, ser clara e objetiva.
- (B) primar pela natureza técnica e científica, ser moderada e discreta.
- (C) divulgar a importância e as vantagens da profissão, ser tempestiva e instrutiva.
- (D) divulgar os honorários envolvidos, ser completa e tempestiva.
- (E) ressaltar as características pessoais do contador, ser clara e informativa.

2

Relacione os tipos de relatórios da revisão pelos pares com um respectivo exemplo, de acordo com a NBC PA 11 – REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES.

1. Relatório de revisão de sistema de qualidade adequado
 2. Relatório de revisão de sistema de qualidade com deficiências
 3. Relatório de revisão de sistema de qualidade inadequado
 4. Relatório de revisão de sistema de qualidade com limitação de escopo ao trabalho do revisor
- () São impostas condições que limitam o trabalho a ponto de o Revisor não ter condições de concluir sobre a revisão e/ou sobre a capacidade de o Revisado reportar de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e os padrões profissionais, em todos os aspectos relevantes.
- () O Revisor conclui que o sistema de controle de qualidade do Revisado não é adequadamente projetado para fornecer à empresa uma garantia razoável de desempenho e relatórios de acordo com os padrões profissionais em todos os aspectos relevantes.
- () O Revisor conclui que há ausência de um ou alguns quesitos nos manuais de qualidade da firma de auditoria que descrevam as políticas e procedimentos a serem adotados pelos membros da equipe de auditoria no planejamento, execução e conclusão dos trabalhos de auditoria, conforme requerido pelas normas de auditoria.
- () O Revisor conclui que o sistema de controle de qualidade do Revisado foi adequadamente projetado e está sendo plenamente cumprido, não identificando deficiências que indiquem que o relatório do Revisado contenha erros e/ou descumprimento de normas em relação às normas de auditoria aplicáveis no Brasil e os padrões profissionais aplicáveis.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 2 – 3 – 4 – 1.
- (C) 3 – 4 – 1 – 2.
- (D) 4 – 2 – 3 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

3

Em relação aos direitos do acionista, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e modificações, considere os itens a seguir:

- I. participação do acervo da companhia, em caso de liquidação;
- II. fiscalização da gestão dos negócios sociais;
- III. exercer direito a voto, sem limitação de número.

De acordo com a Lei, nem o estatuto social nem a assembleia-geral podem privar o acionista do que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

4

A NBC TA 260 (R2) – COMUNICAÇÃO COM OS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA trata da responsabilidade do auditor independente na comunicação com os responsáveis pela governança na auditoria de demonstrações contábeis.

Em relação à importância da efetiva comunicação recíproca, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Auxilia o auditor a obter dos responsáveis pela governança informações relevantes para a auditoria como, por exemplo, entendimento sobre a entidade e seu ambiente, identificação de fontes de evidência de auditoria apropriadas e fornecimento de informações sobre transações ou eventos específicos.
- II. Auxilia os auditores a cumprirem sua responsabilidade de exercer supervisão geral do processo de relatórios financeiros, reduzindo, dessa maneira, os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- III. Auxilia o auditor e os responsáveis pela governança a entenderem assuntos relacionados ao contexto da auditoria e a desenvolverem um relacionamento de trabalho construtivo, mesmo com perda de independência e objetividade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

5

De acordo com a NBC TA 701 – COMUNICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE, os principais assuntos de auditoria são aqueles mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período, de acordo com

- (A) as informações fornecidas pelos contadores.
- (B) a determinação da entidade reguladora.
- (C) o julgamento profissional do auditor.
- (D) os direcionamentos dos responsáveis pela governança.
- (E) os interesses e as preocupações dos usuários externos.

6

Com relação à avaliação da suficiência e adequação da evidência de auditoria, de acordo com a NBC TA 330 (R1)– RESPOSTA DO AUDITOR AOS RISCOS AVALIADOS, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Com base nos procedimentos de auditoria executados e na evidência de auditoria obtida, o auditor deve avaliar, antes da conclusão da auditoria, se as avaliações de riscos de distorção relevante no nível de afirmações continuam apropriadas. Quando o auditor conclui que a natureza, a época e a extensão planejadas dos procedimentos substantivos que cobrem o período remanescente precisam ser modificadas, como resultado de distorções inesperadas detectadas em data intermediária, essa modificação pode incluir a extensão ou a repetição dos procedimentos executados em data intermediária no final do período.
- () O auditor deve concluir se foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente. Para formar uma opinião, o auditor deve considerar todas as evidências de auditoria relevantes, independentemente do fato de ela parecer corroborar ou contradizer as afirmações nas demonstrações contábeis.
- () Se o auditor não obteve evidência de auditoria, apropriada e suficiente relacionada, com uma afirmação relevante sobre uma classe de transações, saldo contábil ou divulgação, o auditor deve tentar obter evidência adicional de auditoria. Se não conseguir obter tal evidência, o auditor deve expressar opinião adversa em relação às demonstrações contábeis.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

7

Ao realizar a auditoria de uma entidade, um auditor independente identificou transações significativas com partes relacionadas que a administração não havia anteriormente divulgado para ele.

Nesse caso, o auditor deve, prontamente, comunicar

- (A) o fato à entidade reguladora, uma vez que houve quebra de confiança pela não divulgação do fato pela administração e há possibilidade de haver outras irregularidades.
- (B) o fato à entidade reguladora, uma vez que será necessário averiguar com tempestividade se essas transações ocorreram em período anterior e não foram detectadas pela auditora.
- (C) as informações relevantes aos outros membros da equipe de trabalho, uma vez que a comunicação tempestiva irá ajudá-los a determinar se essas informações afetam os resultados ou conclusões extraídas dos procedimentos de avaliação de risco já executados, inclusive se os riscos de distorção relevante precisam ser reavaliados.
- (D) as informações relevantes aos outros membros da equipe de trabalho, de modo a decidirem em conjunto se há intenção de continuar a auditoria, uma vez que houve quebra de confiança pela não divulgação do fato pela administração.
- (E) as informações relevantes aos outros membros da equipe de trabalho, uma vez que a comunicação tempestiva irá ajudá-los a determinar se essas informações afetam os resultados ou conclusões extraídas dos procedimentos de avaliação de risco já executados, inclusive se os riscos de distorção relevante precisam ser reavaliados.

8

Ao realizar a auditoria em uma entidade, o auditor independente constatou que o uso da base contábil de continuidade operacional é apropriado, mas existe incerteza relevante. Nas demonstrações contábeis, é feita divulgação adequada da incerteza relevante.

Nesse caso, o auditor deve

- (A) expressar uma opinião adversa.
- (B) expressar uma opinião com ressalva.
- (C) abster-se de emitir uma opinião.
- (D) expressar uma opinião não modificada e não mencionar o fato.
- (E) expressar uma opinião não modificada e incluir em seu relatório uma seção separada sobre o fato.

9

De acordo com a NBC TA 540 (R2)– AUDITORIA DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES RELACIONADAS, ao testar como a administração elaborou a estimativa contábil, os procedimentos adicionais de auditoria devem incluir procedimentos para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação aos riscos de distorção relevante referentes à seleção e à aplicação dos métodos, das premissas significativas e dos dados usados pela administração na elaboração da estimativa contábil.

Com relação às premissas significativas, avalie as abordagens a seguir.

- I. Se as premissas significativas são apropriadas no contexto da estrutura de relatório financeiro aplicável e, se aplicável, se as alterações em relação aos períodos anteriores são apropriadas.
- II. Se os julgamentos exercidos na seleção das premissas significativas geram indicadores de possível tendenciosidade da administração.
- III. Se as premissas significativas são consistentes entre si e com aquelas utilizadas em outras estimativas contábeis ou com premissas relacionadas utilizadas em outras áreas das atividades comerciais da entidade com base no conhecimento do auditor obtido na auditoria.

Os procedimentos adicionais de auditoria devem abordar o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

10

Leia o fragmento a seguir:

Se a administração não fornecer uma ou mais das representações formais solicitadas, o auditor deve discutir o assunto com _____, reavaliar a sua integridade e avaliar o efeito que isso pode ter sobre a _____ das representações e da evidência de auditoria em geral e tomar ações apropriadas, inclusive determinar o possível efeito sobre a sua opinião no relatório de auditoria.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima, de acordo com a NBC TA 580 (R1) – REPRESENTAÇÕES FORMAIS.

- (A) a sua equipe / confiabilidade
- (B) a sua equipe / tempestividade
- (C) a administração / confiabilidade
- (D) a administração / tempestividade
- (E) os responsáveis pela governança / confiabilidade

11

Com base na Resolução CVM nº 23/2021, para fins de registro na categoria de Auditor Independente – Pessoa Natural, avalie se o interessado deve atender às condições a seguir:

- I. Possuir conhecimento permanentemente atualizado sobre o ramo de atividade, os negócios e as práticas contábeis e operacionais de seus clientes, bem como possuir estrutura operacional adequada ao seu número e porte.
- II. Estar registrado em Conselho Regional de Contabilidade, na categoria de contador e ter sido aprovado em exame de qualificação técnica aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- III. Exercer atividade de auditoria independente, mantendo escritório profissional legalizado, em nome próprio, com instalações compatíveis com o exercício da atividade, em condições que garantam a guarda, a segurança e o sigilo dos documentos e informações decorrentes dessa atividade, bem como a privacidade no relacionamento com seus clientes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

12

De acordo com a Resolução CVM nº 23/2021, o Auditor Independente – Pessoa Natural e o Auditor Independente - Pessoa Jurídica não podem prestar serviços para um mesmo cliente por prazo superior a cinco exercícios sociais consecutivos, exigindo-se um intervalo mínimo de três exercícios sociais para a sua recontração.

Quando a companhia auditada possui Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) em funcionamento permanente e o auditor é pessoa jurídica,

- (A) o rodízio não é obrigatório e nem recomendado, em função da possível perda de eficácia.
- (B) o prazo passa para dez exercícios sociais consecutivos, sendo que o auditor independente deve proceder à rotação do responsável técnico, diretor, gerente e de qualquer outro integrante da equipe de auditoria com função de gerência.
- (C) o rodízio de auditor independente não é obrigatório, no entanto, deve haver rotação do responsável técnico, diretor, gerente e de qualquer outro integrante da equipe de auditoria com função de gerência.
- (D) o intervalo mínimo para a contratação passa para dois anos, sendo que o auditor independente deve proceder à rotação do responsável técnico, diretor, gerente e de qualquer outro integrante da equipe de auditoria com função de gerência.
- (E) o rodízio não é obrigatório, porém recomendado, em função da possível perda de independência.

13

Uma sociedade empresária reconheceu as seguintes receitas e despesas em 2023:

Receita de vendas:R\$500.000;
Receita com a venda de ativo imobilizado:R\$100.000;
Custo das mercadorias vendidas:-R\$240.000;
Despesa financeira:-R\$200.000;
Despesa de equivalência patrimonial:-R\$150.000;
Despesa de aluguel:-R\$120.000;
Custo do ativo imobilizado vendido:-R\$110.000

Na Demonstração do Valor Adicionado da sociedade empresária, o Valor Adicionado Recebido em Transferência é negativo e apresenta o seguinte montante:

- (A) R\$150.000.
- (B) R\$200.000.
- (C) R\$320.000.
- (D) R\$350.000.
- (E) R\$460.000.

14

De acordo com o CTR 01 (R1) – RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR), não cabe citação ao comentário sobre o desempenho da companhia aberta apresentado nas informações trimestrais sob o título de relatório de desempenho e tratado como informação que acompanha as informações contábeis intermediárias, no relatório do auditor independente, **exceto** quando

- (A) identificadas eventuais inconsistências entre as informações do comentário de desempenho com aquelas contidas nas informações contábeis, situação em que o auditor deve incluir uma ressalva.
- (B) identificadas eventuais inconsistências entre as informações do comentário de desempenho com aquelas contidas nas informações contábeis, situação em que o auditor deve incluir um parágrafo de “outros assuntos”.
- (C) os fatos são julgados relevantes pelo auditor independente, situação em que o auditor deve incluir um parágrafo de “outros assuntos”.
- (D) houver dúvida em relação à continuidade da entidade, situação em que o auditor deve incluir um parágrafo de “outros assuntos”.
- (E) houver dúvida em relação à continuidade da entidade, situação em que o auditor deve incluir uma ressalva

15

De acordo com a NBC TO 3420 (R1)– TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO SOBRE A COMPILAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS *PRO FORMA* INCLUÍDAS EM PROSPECTO, a compilação de informações financeiras *pro forma* envolve a seleção, classificação, resumo e apresentação das informações financeiras pela parte responsável, demonstrando o impacto do evento ou transação relevante sobre as informações financeiras históricas da entidade como se o evento ou a transação tivesse ocorrido na data selecionada.

Avalie se etapas do processo incluem:

- I. identificação da fonte das informações financeiras históricas a serem usadas na compilação das informações financeiras *pro forma*, assim como a extração dessas informações financeiras históricas dessa referida fonte;
- II. aplicação de ajustes *pro forma* às informações financeiras históricas para o objetivo para o qual as informações financeiras *pro forma* são apresentadas;
- III. apresentação das informações financeiras *pro forma* resultantes com as respectivas divulgações.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

16

O CTO 02 – EMISSÃO DE RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO RAZOÁVEL SOBRE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS *PRO FORMA* para Cumprimento da Instrução CVM nº 565 tem por objetivo orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de asseguração razoável sobre informações financeiras *pro forma* elaboradas para cumprimento da instrução da CVM que dispõe sobre operações de fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações, envolvendo emissores de valores mobiliários registrados na categoria A.

De acordo com o comunicado, para os efeitos da operação, as sociedades envolvidas devem divulgar demonstrações financeiras cuja data base seja a mesma para todas as sociedades envolvidas e não seja anterior a 180 dias da data da assembleia que deliberará sobre a operação.

Ainda que algumas sociedades envolvidas na operação não sejam sociedades anônimas, nem estejam sujeitas às normas expedidas pela CVM, as demonstrações financeiras referidas devem ser

- (A) elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76 e com as normas da CVM e divulgadas em jornais de grande circulação.
- (B) auditadas por auditor independente registrado na CVM e apresentar relatório sem modificação nos anos anteriores à operação.
- (C) elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade do *International Accounting Standards Board* (IASB) e auditadas por auditor independente amplamente conhecido.
- (D) elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76 e com as normas da CVM e auditadas por auditor independente registrado na CVM.
- (E) elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade do IASB e divulgadas em jornais de grande circulação.

17

De acordo com o CTO 07– TRABALHOS DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA REFERENTE ÀS INFORMAÇÕES NÃO FINANCEIRAS CONTIDAS NO RELATO INTEGRADO, o auditor deve assegurar as informações não financeiras relacionadas com meio ambiente, social e de governança, por meio da aplicação mínima de alguns procedimentos.

Estão relacionados à execução e finalização o que se apresenta nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Discussão com a administração sobre as eventuais distorções relevantes identificadas e impactos no relatório do auditor.
- (B) Aplicação de procedimentos analíticos de comparação de indicadores esperados com os efetivos, obtendo explicação da administração para quaisquer diferenças significativas identificadas.
- (C) Consideração sobre a apresentação e divulgação das informações não financeiras no Relato Integrado.
- (D) Pesquisa, em fontes de informação públicas, referentes a temas socioambientais que possam afetar ou contradizer as informações divulgadas pela administração.
- (E) Aplicação de entrevistas com os responsáveis das unidades em escopo para entendimento do processo de gestão das informações e controles internos de cada uma das áreas responsáveis por informações que serão objeto de asseguração, incluindo a avaliação e cumprimento de metas e compromissos assumidos.

18

De acordo com o CTA 05 – EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, quando os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, tiverem sido auditados por outros auditores independentes, o auditor atual deve, para alertar sobre o fato, adicionar

- (A) uma ressalva.
- (B) um parágrafo de Ênfase.
- (C) um parágrafo de Outros assuntos.
- (D) um comentário em Responsabilidade dos auditores independentes.
- (E) um comentário em Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.

19

De acordo com o CTA 32 – PROCEDIMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO, entre os principais procedimentos a serem efetuados no entendimento dos processos relacionados à administração, gestão e custódia de Fundos de Investimentos Imobiliários está a análise dos critérios adotados pelo administrador para definição dos investimentos do fundo como

- (A) imóveis comerciais e imóveis residenciais.
- (B) imóveis de curto prazo e imóveis de longo prazo.
- (C) imóveis já existentes e imóveis que serão construídos.
- (D) imóveis avaliados pelo custo e imóveis avaliados pelo valor justo.
- (E) imóveis destinados para renda e imóveis destinados para venda.

20

Uma empresa S.A. está reunida para discutir se o valor de certo equipamento deve ser alterado devido à queda nas operações devido a uma obsolescência parcial de tecnologia. O equipamento tem um custo histórico de R\$900.000 com depreciação, até a data, de R\$400.000, em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a administração projetou o valor presente dos fluxos de caixa líquidos desse equipamento em R\$300.000 e seu valor líquido de realização de R\$280.000. A empresa pretende utilizar esse equipamento no futuro e a vida útil remanescente é de 4 anos, sem valor residual. Em 31 de dezembro de 2020, o valor recuperável do equipamento era de R\$270.000.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 01, um auditor independente, ao ter acesso às informações de 31 de dezembro de 2020, identificou uma

- (A) perda por redução ao valor recuperável de R\$30.000.
- (B) perda por redução ao valor recuperável de R\$45.000.
- (C) perda por redução ao valor recuperável de R\$200.000.
- (D) reversão da perda por redução ao valor recuperável de R\$45.000.
- (E) reversão da perda por redução ao valor recuperável de R\$105.000.

21

A NBC PA 11 dispõe sobre a Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, que consiste em um processo de acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores independentes.

Com relação à referida norma, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O auditor deve submeter-se à Revisão pelos Pares, no mínimo, uma vez a cada ciclo de cinco anos.
- () As atividades operacionais do Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade (CRE) são de responsabilidade do IBRACON, que indicará o Coordenador-Geral do Comitê.
- () O CRE é apoiado pelo Grupo Assessor, formado por contadores funcionários do CFC, com atribuições de proceder à análise dos relatórios elaborados pelos auditores revisores, realizar as diligências requisitadas pelo CRE, assessorar as reuniões deste e elaborar as respectivas atas e relatórios previstos nesta norma.
- () O auditor não pode atuar como Revisor quando não tenha sido submetido a sua primeira Revisão pelos Pares.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) V – F – V – V.

22

Com relação às representações formais previstas na NBC TA 580 (R1), avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Se a administração não fornecer uma ou mais das representações formais solicitadas, o auditor deve imediatamente ressaltar seu relatório de auditoria.
- () O auditor deve abster-se de emitir opinião no relatório de auditoria caso conclua que há dúvida suficiente a respeito da integridade da administração, e, conseqüentemente, as representações formais não sejam confiáveis.
- () Caso a administração inclua nas representações formais uma linguagem qualificadora, no sentido de que as representações são feitas com base no seu melhor conhecimento e crença, o auditor pode aceitar tal redação caso esteja convencido de que as representações estão sendo feitas pelos que têm responsabilidades e conhecimento apropriados dos assuntos incluídos nas representações.
- () Os mandatos para auditorias das demonstrações contábeis de entidades do setor público podem ser menos amplos do que os de outras entidades.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V – V.
- (B) V – V – F – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) F – F – V – V.

23

O mercado brasileiro de fundos de investimento apresentou, nos últimos anos, um crescimento significativo tanto no volume de recursos sob administração, quanto na diversidade dos fundos oferecidos, tendo como consequência uma maior sofisticação nas carteiras dos fundos de investimento.

Os Fundos de Investimento apresentam peculiaridades que devem ser observadas pelos auditores independentes. Entre os Comunicados Técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), dois são específicos para fundos de investimentos: o CTA 32, que dispõe sobre procedimentos de auditoria a serem considerados no processo de auditoria das Demonstrações Contábeis dos Fundos de Investimento, e o CTA 05, que tem por objetivo orientar os auditores independentes na emissão do seu relatório sobre as demonstrações contábeis de fundos de investimento.

Com relação a esses Comunicados Técnicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os fundos de investimento devem seguir práticas contábeis específicas e unificadas aplicáveis a todas as modalidades de fundo, seguindo um *framework* único.
- II. A conclusão do relatório de auditoria deve, explicitamente, identificar o tipo de fundo auditado, dado que cada fundo possui instruções específicas que poderão ser modificadas futuramente em momentos diferentes.
- III. Os procedimentos de avaliação de riscos são efetuados tomando-se como base a estrutura do administrador dos fundos e, quando aplicável, analisando-se características específicas do fundo a ser auditado, quando este for individualmente relevante para a tomada de decisão do auditor em relação à avaliação de riscos.
- IV. Os riscos de distorção relevante são determinados com base nas características conjuntas do fundo de investimento e do(s) seu(s) administrador(es), tais como o risco de que os controles possam não detectar ou prevenir a ocorrência de falhas, por exemplo, em relação à existência e mensuração dos ativos da carteira, entre outros.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

24

O auditor independente deve comunicar apropriadamente as deficiências de controle interno que foram identificadas no seu trabalho de auditoria das demonstrações contábeis.

De acordo com a NBC TA 265, que trata da Comunicação de Deficiências de Controle Interno, caso detecte uma deficiência nos controles internos da empresa auditada, o auditor deve comunicar

- (A) aos responsáveis pela governança, por escrito, as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria.
- (B) à ouvidoria da empresa auditada, por meio de denúncia escrita, as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria.
- (C) ao Comitê de Auditoria estatutário, em reunião, as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria.
- (D) aos acionistas, durante a Assembleia Geral Ordinária (AGO), por escrito, as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria.
- (E) no seu relatório de auditoria, por escrito, as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria.

25

O registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários são regulados pela Resolução CVM nº 23/2021. À luz dessa Resolução, o auditor independente e seus responsáveis técnicos podem ter, respectivamente, o registro e o cadastro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) suspenso ou cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, nos seguintes casos, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Decretação de falência, liquidação ou dissolução.
- (B) Pena de suspensão ou cancelamento do registro profissional, transitada em julgado, aplicada pelo órgão fiscalizador da profissão.
- (C) Impedimento para exercer cargo público por sentença judicial transitada em julgado.
- (D) Descumprimento dos requisitos do Código de Ética Profissional do Contador.
- (E) Sejam declarados insolventes por sentença judicial transitada em julgado.

Questão Discursiva 1

O COMUNICADO TÉCNICO DE AUDITORIA CTA 23, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), define os procedimentos que o auditor independente deve seguir ao ser contratado para emitir uma Carta-Conforto em processos de oferta pública de títulos e valores mobiliários, que incluem ações, debêntures, bônus, títulos de dívidas ou quaisquer outras formas de valores mobiliários reconhecidas no mercado financeiro.

Considerando as diretrizes estabelecidas pelo CTA 23, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Defina Carta-Conforto, de acordo com o CTA 23.**
- B) Apresente o objetivo da emissão de uma Carta-Conforto.**
- C) Explique sucintamente a importância da emissão da Carta-Conforto, destacando o aspecto da transparência e confiabilidade das informações financeiras para investidores em títulos e valores mobiliários.**
- D) Apresente as fontes de informações da empresa que o auditor independente pode utilizar para a emissão da Carta-Conforto de uma oferta de títulos e valores mobiliários.**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Questão Discursiva 2

A Fala Fácil Cia. de Telecomunicações é uma empresa revendedora de aparelhos e acessórios de telefonia móvel (carregadores, baterias, cabos etc.), que opera por meio de uma rede de lojas em cidades de pequeno e médio porte situadas no interior do Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras que serão objeto de auditoria se encerram em 31 de dezembro de 2022 e você é a(o) supervisor(a) da firma de auditoria responsável pelo fornecimento de asseguarção razoável dessas demonstrações financeiras.

A Fala Fácil adquire suas mercadorias para revenda de fornecedores situados no Sudeste Asiático e essas mercadorias são enviadas para o depósito da empresa situado na cidade de Santos. As mercadorias, que incluem aparelhos celulares com valor de mercado acima de USD 1.000 a unidade, são transportadas dos fornecedores até a Fala Fácil por via marítima e o tempo transcorrido desde o embarque na Ásia até o desembarço aduaneiro no porto de Santos é de aproximadamente quatro semanas. As vendas são realizadas na modalidade FOB (*Free on Board*), ou seja, a Fala Fácil passa a ter propriedade e responsabilidade sobre as mercadorias adquiridas a partir do embarque no porto de origem. O prazo para pagamento das compras realizadas desses fornecedores é de 180 dias contados a partir da data de embarque no porto de origem.

A Fala Fácil possui uma política de controle de seus estoques que estipula que seja realizada uma contagem de estoques com valor unitário relevante no último dia do ano. Outrossim, a política determina que também sejam realizadas pelo menos 3 contagens de todos os itens de estoques no período de março a setembro de cada ano. Quaisquer erros identificados nas contagens são ajustados no sistema de estoque dentro do próprio mês em que foi realizada a contagem.

A Fala Fácil apresentou nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido e capital circulante negativo. Nesse contexto, as notas explicativas contêm comentário detalhado sobre essa situação, que é avaliada como transitória pela Companhia, motivo pelo qual sua Administração conclui ser adequado o uso da base contábil de continuidade operacional. Com base nas evidências de auditoria obtidas pelo time de auditoria, concluiu-se ser apropriada o uso da base contábil de continuidade operacional e ser adequada a divulgação fornecida nas notas explicativas que integram as demonstrações financeiras. Não obstante, concluiu-se que existe incerteza relevante relacionada com eventos ou condições que, individual ou coletivamente, levantam dúvida significativa sobre a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional.

Com base exclusivamente nas informações acima, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Descreva o risco de distorção relevante inerente relativo ao processo de compras internacionais de fornecedores do Sudeste Asiático e a condição comercial dessas compras.**
- B) Sabendo-se que se optou por uma abordagem substantiva no tocante ao risco de distorção relevante relativo à existência dos estoques de valor unitário relevante, descreva o teste substantivo que tipicamente se realizaria para endereçar esse risco de distorção relevante.**
- C) Identifique qual seria o tratamento a ser dado para a incerteza relevante e se a opinião do auditor deveria ser modificada e, se aplicável, qual o tipo de opinião modificada é adequado nesse caso.**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Realização

